



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM**  
CNPJ/MF 03.183.937/0001-38

# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **JUNHO 2019**

### **AFEAM**

**Gerência de Contabilidade - GECONT**

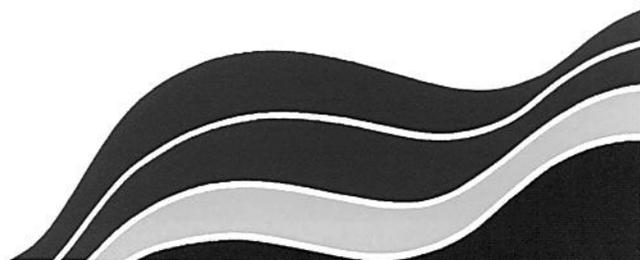
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**(Valores expressos em R\$ mil)**

**1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.– AFEAM cumpre o dever legal e institucional de apresentar os principais fatos financeiros, operacionais e administrativos alcançados no decorrer do primeiro semestre do exercício 2019. Consciente da sua missão perante a sociedade amazonense, a AFEAM, busca cada vez mais, consolidar sua função de agente fomentador de desenvolvimento social, econômico e financeiro aos empreendedores do Estado.

**2. A EMPRESA**

Como órgão integrante da administração indireta do Estado, constituída como empresa pública revestida da forma de sociedade anônima de capital fechado, a AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 12/11/1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução do CMN nº. 2.574/98, de 17/12/1998 (norma Regulamentadora do artigo. 1º, parágrafo 2º. da Medida Provisória 1.773/32, de 14/12/1998), revogada pela Resolução nº 2.828, de 30/03/01. Obteve autorização do Banco Central do Brasil - BACEN para iniciar seu funcionamento em setembro de 1999 (carta DEORF/DEFIN nº 99/195, de 02/09/1999, publicada no diário oficial de mesma data). Enquadrada como Instituição Financeira por força do que dispõe a Medida Provisória nº 2.139-64, de 27/03/2001, com participação majoritária do Estado do Amazonas (representado por 99,98% das ações). A AFEAM tem como missão institucional "Concorrer para o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, através de apoio creditício e de participações em ações técnicas público-privadas que propiciem a geração de trabalho e renda, e contribuam para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense".



### 3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Dentre as ações realizadas pela AFEAM no primeiro semestre do exercício de 2019, destacamos o desempenho da instituição:

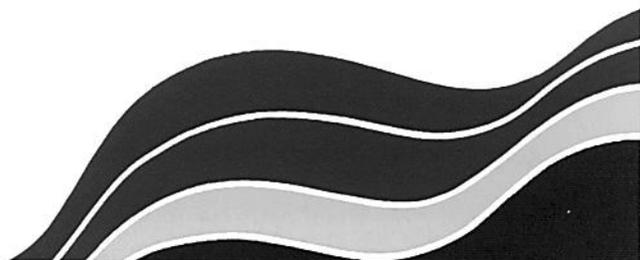
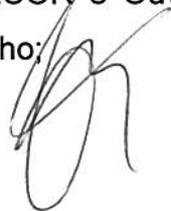
#### 3.1 Desempenho organizacional

##### 3.1.1 Interação e Intercâmbio de Informações

- a) Participação na reunião da comissão de assuntos contábeis e financeiros (ABDE) – no Rio de Janeiro – RJ, no mês de abril;
- b) Participação na feira agropecuária mega leite, promovido pelo SEBRAE, em Belo Horizonte – MG, no mês de junho;
- c) Participação na reunião técnica de implantação da normatização das agências de fomento, promovida pela ABDE, no Rio de Janeiro – RJ, no mês de junho;
- d) Participação na Comissão de Governança e Compliance, promovido pela ABDE, no Rio de Janeiro – RJ, no mês de junho.

##### 3.1.2 Gestão de Produtos e Serviços

- a) Lançamento do Aplicativo AFEAM com as seguintes funcionalidades para acesso aos clientes: extrato de financiamento, emissão de boletos, informações cadastrais e a sua classificação do conceito de pagamento e serviços de ouvidoria; para os não cliente permite agendamento e o acompanhamento do processo - março
- b) Implementação da Lei nº 13.726/18 – que desburocratiza o processo de crédito da AFEAM - abril
- c) Implementação da Carta de Serviços ao Cliente, elaborada pela GETEC, GECOR e Ouvidoria e disponibilizada para toda a sociedade amazonense – junho;



### **3.1.3 Estrutura da Agência**

- a) Instalação de mais um Posto de Atendimento, na cidade de Parintins – no mês de junho;
- b) Encerramento das atividades do Posto de Atendimento em Eirunepé – no mês de junho.

## **3.2 Desempenho na Gestão de Recursos Humanos**

### **3.2.1 Estrutura do quadro de empregados**

Em 30 de junho do corrente exercício, a AFEAM apresentou um quadro de pessoal composto por 150 empregados, destes 130 são efetivos/concursados. Destacamos que desse quadro, 89,41% possuem nível superior e 10,59% nível médio, o que significa dizer que a AFEAM tem uma boa equipe técnica qualificada e capacitada para prestar serviços prestados de qualidades à população amazonense.

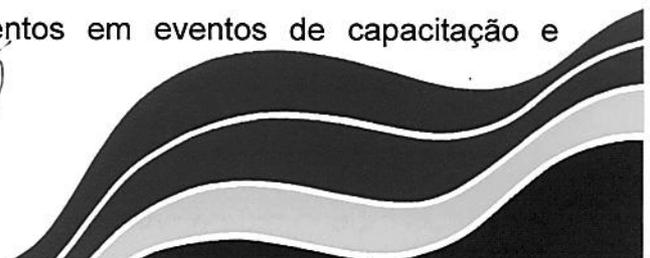
### **3.2.2 Valorização funcional - benefícios**

Além dos benefícios legais, a AFEAM estende a seus empregados uma série de outros benefícios:

- a) Complementação salarial ao auxílio doença/acidente previdenciário;
- b) Plano de saúde;
- c) Seguro de vida em grupo;
- d) Auxílio creche/babá;
- e) Auxílio educação;
- f) Auxílio especial para filhos com necessidades especiais;
- g) Extensão da licença maternidade;
- h) Auxílio refeição e cesta alimentação;
- i) 13º Auxílio refeição/cesta alimentação;
- j) Vale transporte;
- k) Patrocínio para participação em eventos esportivos.

### **3.2.3 Valorização funcional - Capacitação**

Com a filosofia de que cada empregado é elemento fundamental no cumprimento de sua missão, a AFEAM promove investimentos em eventos de capacitação e atualização de todo corpo funcional.





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Nesse semestre, a AFEAM, colocando em prática essa política e ainda buscando a eficiência nos seus processos administrativos e operacionais e com menor custo dado o cenário de contenção de despesa em todo o Estado, priorizou investimentos em treinamentos para qualificação de empregados, sendo treinados 17 colaboradores:

- a) Curso na área fiscal e tributária, promovido pela EAD;
- b) Curso E – Social 2.5;
- c) Formação de CIPA; e
- d) Curso Gestão de Fiscalização de Contratos.

### 3.3 Desempenho Operacional: Comparativo 1º sem de 2018 e de 2019

#### 3.3.1 Aplicação de Recursos

##### Distribuição Espacial das aplicações totais

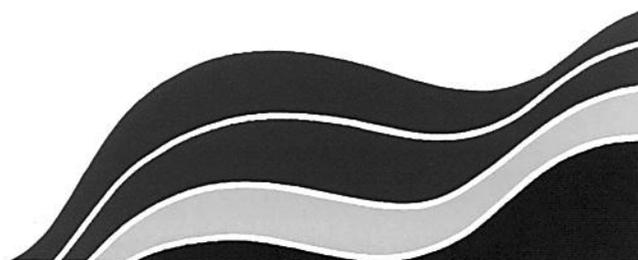
Área Espacial	Nº Op		Valor (R\$)		%		Nº Ocupações Geradas/Mantidas	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Capital	1.047	1.880	12.593	17.721	39,70	55,98	3.141	5.640
Interior	2.524	1.892	19.131	13.936	60,30	44,02	7.572	5.676
<b>TOTAL</b>	<b>3.571</b>	<b>3.772</b>	<b>31.724</b>	<b>31.657</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>10.713</b>	<b>11.316</b>

Fonte: GETEC-Planejamento/Banco de Dados e Estatística

##### Aplicação por Fonte de Recursos

Fontes de Recurso	Nº Op		Valor (R\$)		%	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
FMPES	3.914	3.753	28.824	28.909	90,86	91,32
RECURSOS PRÓPRIOS	17	19	2.900	2.748	9,14	8,68
<b>TOTAL</b>	<b>3.931</b>	<b>3.772</b>	<b>31.724</b>	<b>31.657</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GETEC-Planejamento/Banco de Dados e Estatística



### Aplicação por Setor Econômico

Setor Produtivo	Nº Op		Valor (R\$)		%	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
PRIMÁRIO	661	173	8.409	2.684	26,51	8,48
SECUNDÁRIO	426	290	5.693	3.052	17,95	9,64
TERCIÁRIO	2.844	3.309	17.622	25.921	55,54	81,88
<b>TOTAL</b>	<b>3.931</b>	<b>3.772</b>	<b>31.724</b>	<b>31.657</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

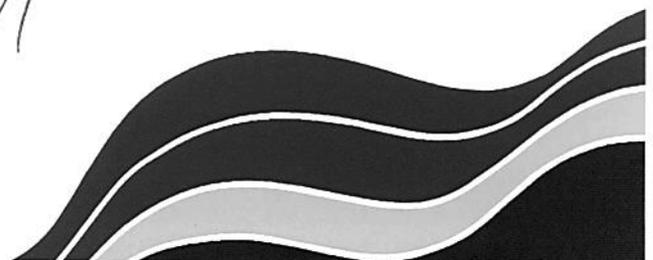
Fonte: GETEC-Planejamento/Banco de Dados e Estatística

Dos financiamentos contratados no primeiro semestre do exercício de 2019, tomando-se por base todas as fontes de recursos, o FMPES representa cerca de 91,32% do total aplicado, constituindo-se a principal fonte dos recursos destinados às atividades fomentadas, tanto na capital, quanto no interior do Estado, com destaque para o programa de microcrédito, com volume aplicado de R\$ 13.226, representado por 2.541 operações de créditos.

#### 3.3.2 Administração de Crédito

Na administração do crédito, a AFEAM faz o acompanhamento de projetos financiados e adota a prática de cobrança preventiva, administrativa e judicial. Também promove ações de recuperação de crédito e campanhas de regularização englobando todas as fontes de recursos (Recursos Próprios e FMPES).

Nesse primeiro semestre de 2019, a AFEAM agregou melhorias no seu processo de cobrança e de atendimento ao cliente: efetivou a cobrança utilizando o SMS visando melhorar seu resultado na recuperação do crédito; e também lançou o aplicativo da Afeam, disponível gratuitamente na loja Google Play, o qual tem várias funcionalidades como agendamento *on line* de atendimento, pesquisa de operações de crédito, acesso de segunda via de boleto e visualização de extratos de financiamentos.



No decorrer do primeiro semestre de 2019, como resultado de todos esses esforços, temos: 661 operações renegociadas, no valor total de R\$ 3.812, com destaque para as operações contratadas com recursos do FMPES, com 659 renegociações, o que totalizou R\$ 3.555; 4.129 operações liquidadas, no valor de R\$ 34.527.

No período, com base na Lei Estadual nº 4.734/18, a AFEAM anistiou as operações de crédito concedidas aos moradores do bairro Educandos, Zona Sul de Manaus, os quais foram vítimas de um incêndio de grandes proporções.

### **3.4 Desempenho Social:**

#### **3.4.1 Responsabilidade Social - Política de Estágio/Aprendiz**

A AFEAM, ao final do mês de junho de 2019, apresentou um quadro com 36 estagiários, estudantes universitários, e 05 menores aprendizes - cursando o ensino médio e fundamental.

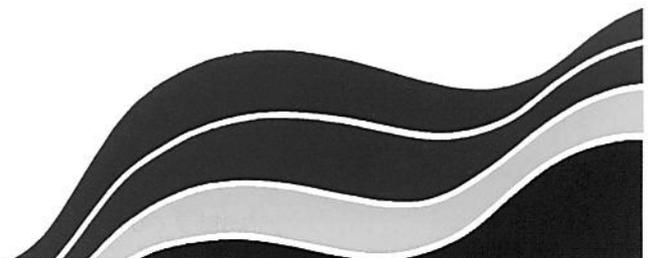
#### **3.4.2 Responsabilidade Social - Geração e/ou manutenção de ocupações econômicas**

Criada para fomentar a economia e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população amazonense, a AFEAM tem alcançado notável desempenho social. No interregno de janeiro a junho de 2019, os financiamentos concedidos, possibilitaram a geração e/ou manutenção de 32.925 postos de trabalho, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário, da capital e do interior do Estado.

### **3.5 Estrutura de Governança, Controles Internos, Compliance e de Gerenciamento de Riscos:**

A AFEAM efetivou definitivamente no primeiro semestre de 2019 alterações significativas na sua estrutura e processos de governança corporativa, transparência e aquisição/contratação, atendendo a Lei Federal nº 13.303/2016.

As alterações foram aprovada na 35ª Assembleia Geral de Acionistas realizada em abril, após sucessivas retiradas de pautas nas 29ª, 30ª e 31ª AGE/AGO, todas realizadas no exercício de 2018.





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Dentre as deliberações de acionistas, citamos a aprovação da reforma do estatuto social da agência, recomposição do conselho de administração com a eleição de 04 (quatro) novos conselheiros, eleição de 3 (três) suplentes para o conselho fiscal, recomposição da Diretoria com a eleição dos 03 (três) Diretores e a posse do Diretor-Presidente, assim como a aprovação dos comitês de auditoria, de elegibilidade e de remuneração, e a aprovação do novo regulamento interno de licitações e contratos.

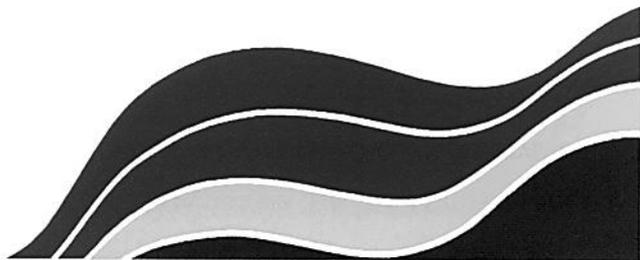
No que tange ao Sistema de Controles Internos, Compliance e Gerenciamento Integrado de Riscos, a AFEAM dispõe de uma unidade específica denominada Gerência de Controles Internos e Riscos – GECOR. Essa estrutura foi reestruturada no primeiro semestre de 2019 para atender as disposições contidas na Resolução BCB nº 4.557/2017, que trata sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura do gerenciamento de capital (GIR), bem como as contidas na Resolução BCB nº 4.595/2017, que trata da política de compliance, além da revisão da estrutura de controles internos adequando-a ao porte e complexidade da instituição conforme a Resolução BCB nº 2.554/1998.

### **3.5.1 Sistema de Controles Internos e Compliance**

O Sistema de Controles Internos e Compliance da AFEAM está voltado para a efetividade e a confiabilidade das informações, bem como a prevenção de situações vinculadas a diversos tipos de riscos inerentes às atividades da instituição. A estrutura de Controles Internos e Compliance prevê os papéis e as responsabilidades das diversas áreas da empresa, assim como, de todos os empregados. A AFEAM iniciou no primeiro semestre de 2019 a implantação e implementação de controles pertinentes às suas tarefas, com base no mapeamento de processos, atividade que está sob a coordenação da Gerência Técnica - GETEC.

### **3.5.2 Gerenciamento Integrado de Riscos - GIR**

A AFEAM iniciou no primeiro semestre a implantação do modelo de gestão integrada dos riscos conforme a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB).





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

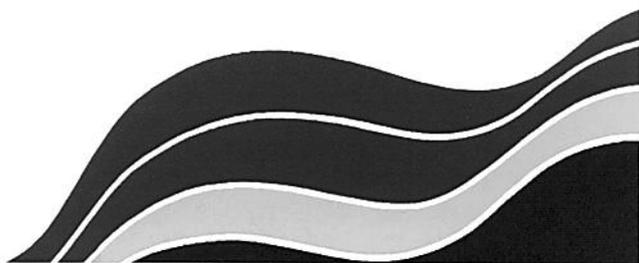
Essa atividade visa não apenas integrar os riscos, mas também rever todas as métricas, políticas, normas, estruturas e ferramentas atualmente adotadas para o gerenciamento de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.

Será acrescido no processo de implantação o gerenciamento de risco estratégico e reputacional, além da avaliação do risco cibernético decorrente da aprovação da Política de Segurança da Informação e Cibernética – PSIC, em maio de 2019. O processo de implantação do GIR será realizado por linha de negócio e também incluirá a elaboração de plano de mitigação de riscos e revisão do plano de continuidade de negócios.

### 3.6 Ouvidoria

A AFEAM, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433, de 23/07/2015, tem em sua estrutura organizacional o componente de Ouvidoria, cujo objetivo principal é representar o interesse dos cidadãos junto a AFEAM, defendendo o direito de terem suas demandas adequadamente colhidas, tratadas e respondidas, inclusive na mediação de conflitos em situações antagônicas, garantindo a livre expressão de todos.

Para tanto, disponibiliza os seguintes canais de comunicação para receber as manifestações dos cidadãos que podem compreender denúncia, reclamação, solicitação de informações, sugestões, críticas ou elogios: a) Ligação gratuita: 0800-286-3066; b) E-mail: [ouvidoria@afeam.org.br](mailto:ouvidoria@afeam.org.br); c) Presencialmente na sede da Agência; d) Cartas endereçadas à Ouvidoria/AFEAM - Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus/AM - CEP: 69058-795; e) Caixas coletoras de manifestações disponibilizadas na entrada principal da Instituição; f) Acesso ao site: <http://www.afeam.am.gov.br>; g) WhatsApp: (92) 98844 - 2075.



No primeiro semestre de 2019 foram realizados diversos atendimentos e recebidas as seguintes demandas:

DEMANDAS DA OUVIDORIA - 1º semestre exercício 2019					
Demandas da Ouvidoria (Sistema OMD)			Atendimento Totais, incluindo as Demandas de Ouvidoria		
Tipo	Quantidade	%	Canais de Atendimento	Quantidade	%
Denúncia	-	-	Presencial	1	0,00
Reclamação	13	59,09	Telefone	10.903	33,56
Informação	1	4,55	E-mail	558	1,72
Sugestão	1	4,55	Whats App	21.012	64,67
Elogio	7	31,82	Correspondência	-	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100,00</b>	Caixa de Sugestão	16	0,05
			<b>TOTAL</b>	<b>32.490</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ouvidoria

### 3.7 Outros Fatos Relevantes

A partir da designação para Representante dos Acionistas, a AFEAM voltou a promover os ajustes administrativos necessários para manter as atividades dentro do princípio de governança.

Em função de início de gestão e das mídias negativas, em fevereiro a AFEAM solicitou à Controladoria Geral do Estado – CGE que fosse efetuada auditoria para avaliar as atividades realizadas no exercício de 2018.

O Banco Central do Brasil, cumprindo papel de órgão fiscalizador das instituições financeiras, realizou inspeção das atividades da agência, inclusive com visita *in loco* efetivada no mês de março.

No dia 01.04.2019 foi aprovado o nome do Sr. Marcos Vinícius Cardoso de Castro como Diretor-Presidente da AFEAM, conforme Comunicado BACEN nº 33.351.




### **3.8 Desempenho Econômico-Financeiro:**

#### **3.8.1 Resultado**

Ao término do primeiro semestre do exercício 2019 a AFEAM apresentou resultado negativo de R\$ 6.029 (resultado positivo de R\$ 5.289, em junho 2018), conforme registrado balancete do mês de junho. Justificado principalmente por provisão de R\$ 12.820, sendo R\$ 9.135 referente à desvalorização de BNDUS e R\$ 3.685 de operações de crédito.

#### **3.8.2 Patrimônio de Referência - PR**

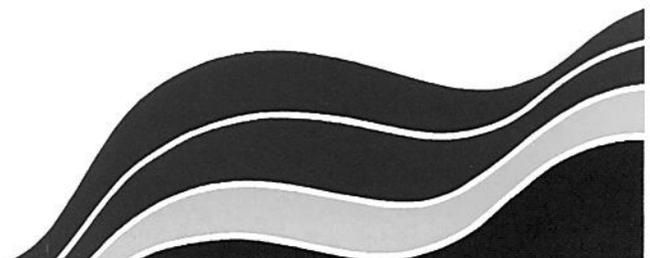
O Patrimônio de Referência da Agência em 30 de junho de 2019 corresponde a R\$ 79.018 (R\$ 99.417, em junho de 2018).

## **4. AGRADECIMENTOS**

Expressamos os agradecimentos ao Governo do Estado do Amazonas pelo apoio no sentido de qualificar a Instituição como um instrumento a serviço do desenvolvimento do Estado, sendo agente indutor do fomento por meio de financiamentos das atividades produtivas com Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES, além de outras fontes de recursos. De igual modo, expressamos os nossos agradecimentos às autoridades constituídas do Estado, aos membros do Conselho Fiscal e também aos parceiros SEPROR, IDAM e SEBRAE/AM, pelo harmônico trabalho; aos empregados da Instituição pela dedicação e comprometimento com a empresa, além da população amazonense – razão maior da existência da AFEAM.



Marcos Vinícius Cardoso de Castro  
Diretor-Presidente





## BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019

(valores em R\$ mil)

	2019	2018		2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>178.860</b>	<b>282.565</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>444.343</b>	<b>368.333</b>
Disponibilidade (notas 3.c e 4)	373	489	Obrigações Repasses País (notas 3.i e 10)	3.602	6.047
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3.c,d e 5)	129.937	204.488	BNDES	1.216	1.212
Carteira Própria	129.937	204.488	FINAME	1.278	1.548
Operações de Crédito (notas 3.e e 6)	7.417	8.794	Outras/FMPES Especial	1.108	3.287
Operações de Crédito	7.417	8.794	<b>Outras Obrigações</b>	<b>440.741</b>	<b>362.286</b>
Setor Privado	8.497	10.100	Cobrança/Arrec. Tributos e Assemelhados	1	20
(Prov. Cred. Liquidação Duvidosa)	(1.080)	(1.306)	Fiscais e Previdenciárias (notas 3.j e 11)	4.661	3.852
Outros Créditos (notas 3.f, 6 e 7)	4.053	3.724	Fundos Financ e Desenvol (notas 3.k e 12)	421.050	345.349
Rendas a Receber	1.567	1.164	FMPES	408.422	338.923
Diversos	2.514	2.604	Outros Fundos	12.628	6.426
(Prov. Cred. Liquid Duvidosa)	(28)	(44)	Diversas (notas 3.m, 13 e 14)	15.029	13.065
Outros Valores e Bens (nota 8)	37.080	65.070			
Outros Valores e Bens	66.454	66.478			
(Prov. Para Desvalorização)	(29.374)	(1.408)			
<b>ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>348.437</b>	<b>193.281</b>	<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>14.280</b>	<b>17.992</b>
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3.c,d e 5)	344.127	184.661	Obrigações Repasses País (notas 3.i e 10)	14.115	17.992
Carteira Própria	372.202	212.736	BNDES	807	2.005
(Prov. p/ Desvaloriz. Títulos)	(28.075)	(28.075)	FINAME	300	1.577
Operações de Crédito (notas 3.e e 6)	4.159	7.733	Outras/FMPES Especial	13.008	14.410
Operações de Crédito	4.159	7.733	<b>Outras Obrigações</b>	<b>145</b>	<b>-</b>
Setor Privado	12.027	16.522	Fiscais e Previdenciárias (notas 3.j e 11)	145	-
(Prov. Cred. Liquidação Duvidosa)	(7.868)	(8.789)			
Outros Créditos (notas 3.f, 6 e 7)	151	887			
Diversos	156	914			
(Prov. Cred. Liquid Duvidosa)	(5)	(27)			
<b>PERMANENTE</b>	<b>10.878</b>	<b>10.423</b>	<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>79.572</b>	<b>99.944</b>
Investimento (notas 3.h e 9.a)	119	119	Capital (nota 15.a)	93.629	93.629
Outros Investimentos	119	119	De Domiciliados no País	93.629	93.629
Imobilizado de Uso (notas 3.h e 9.b)	10.206	9.776	Reserva de Lucros	0	6.315
Imóveis de Uso	8.933	8.933	Legal	0	264
Outras Imobilizações de Uso	4.578	4.128	Outras	-	6.051
(Depreciações Acumuladas)	(3.305)	(3.285)	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>(14.057)</b>	<b>-</b>
Intangível (notas 3.h e 9.c)	553	528			
Outros Ativos Intangíveis	673	648			
(Amortizações Acumuladas)	(120)	(120)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>538.175</b>	<b>486.269</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>538.175</b>	<b>486.269</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)





**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2019**  
(valores em R\$ mil)

	2019	2018
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>16.429</b>	<b>21.061</b>
Operações de Crédito	1.772	7.983
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14.700	13.120
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(43)	(42)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(281)</b>	<b>(8.806)</b>
Operações de Empréstimos e Repasses	(460)	(450)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota 6.e)	(8.343)	(9.369)
Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota 6.e)	8.522	1.013
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>16.148</b>	<b>12.255</b>
<b>Outras Receitas / Despesas Operacionais</b>	<b>(7.879)</b>	<b>(4.057)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (nota 16.a)	20.259	18.618
Despesas de Pessoal (nota 16.b)	(17.325)	(15.900)
Outras Despesas Administrativas (nota 16.c)	(3.189)	(3.328)
Despesas Tributárias (nota 16.d)	(2.092)	(1.871)
Outras Receitas Operacionais (nota 16.e)	265	150
Outras Despesas Operacionais (nota 16.f)	(5.797)	(1.726)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>8.269</b>	<b>8.198</b>
<b>Resultado Não Operacional</b> (nota 16.g)	<b>(9.666)</b>	<b>2.038</b>
<b>Resultado Antes da Tributação s/ Lucros e Participações</b>	<b>(1.397)</b>	<b>10.236</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(4.632)</b>	<b>(4.947)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(2.864)	(2.713)
Provisão para Contribuição Social	(1.768)	(2.234)
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(6.029)</b>	<b>5.289</b>
<b>Número de Ações</b> (nota 15.a)	<b>93.629.620</b>	<b>129.998.835</b>
<b>Lucro Líquido por Ação do Capital Social</b>	<b>(0,0644)</b>	<b>0,0407</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)





**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2019**  
(valores em R\$ mil)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCRO		LUCRO OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2018	93.629	-	-	(7.680)	85.949
1 - Ajuste de Períodos Anteriores (nota 15.b)	-	-	-	(348)	(348)
2 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	(6.029)	(6.029)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30/06/2019	93.629	-	-	(14.057)	79.572
Mutação do Período	-	-	-	(6.377)	(6.377)
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2017	129.986	-	-	(36.357)	93.629
1 - Ajuste de Períodos Anteriores	-	-	-	1.026	1.026
2 - Redução de Capital	(36.357)	-	-	36.357	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	5.289	5.289
4 - Destinações	-	264	6.051	(6.315)	-
1 - Reservas	-	264	-	(264)	-
2 - Outras	-	-	6.051	(6.051)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30/06/2018	93.629	264	6.051	-	99.944
Mutação do Período	(36.357)	264	6.051	36.357	6.315

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2019 MÉTODOS INDIRETO (valores em R\$ mil)

	2019	2018
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(1.397)</b>	<b>10.236</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido Antes dos Impostos</b>	<b>8.997</b>	<b>7.314</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota 6.e)	8.343	9.369
Depreciações e Amortizações (nota 9.b)	106	82
(Reversão) de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota 6.e)	(8.522)	(1.013)
(Reversão) Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	269	(82)
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	-	(2.100)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	9.136	-
Desvalorização de Ativos Permanentes	13	32
Ajustes Credores de Exercícios Anteriores (nota 15.b)	174	1.026
Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores (nota 15.b)	(522)	-
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>7.600</b>	<b>17.550</b>
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	1.741	(5.805)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(103.557)	(30.902)
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens	534	877
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(481)	(823)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	55	(36)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	58.967	26.093
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.632)	(4.947)
<b>Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades Operacionais</b>	<b>(39.773)</b>	<b>2.007</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	2.163
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento (nota 9.b)	(49)	(5)
Aplicação no Intangível (nota 9.c)	(25)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Investimentos</b>	<b>(74)</b>	<b>2.158</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.096)	(2.570)
<b>Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Financiamento</b>	<b>(3.096)</b>	<b>(2.570)</b>
<b>Aumento / Redução de Caixa e Equivalente de Caixa</b> (nota 3.c)	<b>(42.943)</b>	<b>1.595</b>
<b>Aumento / Redução de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
Início do Período	173.253	203.383
Fim do Período	130.310	204.978
<b>Aumento / Redução de Caixa e Equivalente de Caixa</b> (nota 3.c)	<b>(42.943)</b>	<b>1.595</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em R\$ mil)

### **NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 12/11/1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução do CMN nº. 2.574, de 17/12/1998, foi revogada pela Resolução do CMN nº 2.828, de 30/03/2001.

Localizada na Av. Constantino Nery, nº 5.733, Flores, a AFEAM é um órgão integrante da administração indireta do Estado, constituída como empresa pública revestida da forma de sociedade anônima de capital fechado.

Tem como missão institucional: **"Concorrer para o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, através de apoio creditício e de participações em ações técnicas público-privadas que propiciem a geração de trabalho e renda, e contribuam para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense"**, e tem por objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos no Estado do Amazonas que atendam aos diversos setores da atividade econômica, prioritariamente aos pequenos negócios.

### **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, com atenção especial às Normas e Instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil e as disposições contidas nas Leis nº 6.404/76, nº 11.941/09 e nº 4.595/64.

O Banco Central do Brasil, fundamentado na prerrogativa constante do art. 61 da Lei nº 11.941/09 e do art. 4º, inciso XII da Lei nº 4.595/64, estabeleceu para as instituições financeiras por ele autorizadas a funcionar, modelos específicos de documentos contábeis, por meio do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, capítulos 1.22.2 (Normas Básicas) e 3 (Documentos).

Em consonância ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram recepcionados pelo BACEN os seguintes Pronunciamentos Técnicos:

	<b>Pronunciamento Técnico</b>	<b>Resolução BACEN</b>
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09 (revogado pela Resolução 4.636/18)
GPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 24	Evento Subsequente	3.973/11
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/11





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/15

Por esse motivo, apresentamos as demonstrações contábeis nos modelos BACEN.

### Reclassificações para comparabilidade

Nas Demonstrações Contábeis de junho de 2019 da AFEAM foram realizadas inclusões de Notas Explicativas, objetivando maior detalhamento na apresentação das informações. Dessa forma, para os valores referentes ao primeiro semestre de 2018, que foram incluídos nas novas notas explicativas demonstrados nesta publicação, realizamos a composição dos saldo de junho de 2018 para apresentação de comparabilidade entre os semestres aqui divulgados. Com o objetivo de manter consistente a comparabilidade entre os períodos apresentados, foram efetuadas reclassificações ou ajustes na apresentação das informações na seguinte Demonstração:

**a. Balanço Patrimonial**

- Consolidação do valor da Redução de Capital, que estava destacada nas Demonstrações Contábeis de junho de 2018.

### NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a. Moeda Funcional**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real (R\$) e as informações foram convergidas para milhares de Real (valores em R\$ mil).

**b. Reconhecimento do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

**c. Caixa e Equivalente de Caixa**

Foi considerado como "Caixa e Equivalentes Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

**d. Títulos e Valores Mobiliários – TVM**

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos (pré ou pós fixados) auferidos até a data do balanço, obedecendo ao regime contábil da competência. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. As cotas de Fundos de Investimento estão aplicadas em Bancos de primeira linha (Bradesco e Caixa Econômica Federal). Em Títulos de Renda Fixa estão classificados as Letras Financeiras do Tesouro, Letras Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional, sendo o Banco Santander a instituição financeira custodiante dessas aplicações. Os Títulos de Renda Fixa e as Cotas de Fundos de Investimento apresentam baixo risco de crédito e boa liquidez, razão pela qual não registramos provisão para perda.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação do constante na Circular nº 3.068, de 08/11/01, BACEN, que estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados de acordo com as seguintes categorias: Títulos para Negociação, Disponíveis para a Venda e Mantidos até o Vencimento.

**e. Operações de Crédito**





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Os Financiamentos são demonstrados pelo valor principal da operação, acrescidos dos encargos calculados "pro-rata" dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Em consonância com a Resolução BACEN nº 2.682, de 21/12/1999, as operações de crédito estão distribuídas nos níveis de risco A, B, C, D, E, F, G e H para as quais foram constituídas provisões com percentuais de 0.5; 1.0; 3.0; 10; 30, 50, 70 e 100, respectivamente. Tais operações encontram-se classificadas em: Indústria, Comércio, Serviço e Rural.

**f. Outros Créditos**

São demonstrados pelos valores de realização.

Referentes a Devedores por Compra de Valores e Bens (bens vendidos financiados em leilão público), aplicam-se os mesmos preceitos estabelecidos pelas Operações de Crédito.

**g. Outros Valores e Bens**

Composto por Bens Não de Uso Próprio - BNDUs, Materiais em Estoque e Despesas Antecipadas.

**Bens Não de Uso Próprio** - São bens móveis e imóveis registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam a depreciação ou reavaliação.

**Materiais em Estoque** - São registrados os materiais adquiridos para uso ou consumo correntes, sendo contabilizados pelo valor de aquisição e sua baixa em estoque pelo custo médio de valor.

**Despesas Antecipadas** - Correspondem às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços à instituição far-se-ão em períodos seguintes.

**h. Permanente**

Composto por Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível. São registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e/ou amortizações. A AFEAM não tem registro de bem do ativo imobilizado dado em garantia de passivos.

**Imobilizado de Uso** - Em cumprimento ao que estabelece a Resolução BACEN nº 4.535, de 24/11/16, o cálculo para apuração da depreciação societária (IFRS), tem sido feito considerando a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e valor residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens do ativo imobilizado. Para atendimento à legislação tributária, foi mantida a metodologia do cálculo para apuração da depreciação fiscal (BR), pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: edificações 4%; móveis/equipamentos de uso e outros bens depreciables 10%; processamento de dados 20%.

**Intangível** - Em cumprimento ao que estabelece a Resolução BACEN nº 4.534, de 24/11/16, o cálculo para apuração da amortização societária (IFRS) tem sido feito tomando por base a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e valor residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens do ativo intangível. Para atendimento à legislação tributária, foi mantida a metodologia do cálculo para apuração da amortização fiscal (BR), pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: gastos com ativos intangíveis amortizados em 5 anos, à taxa de 20% ao ano, limitado ao tempo de direito de uso. Com a emissão dos laudos de avaliação, os bens intangíveis da AFEAM foram caracterizados como "bens com vida útil indeterminada", ou seja, não sofrerão amortização societária por se tratar de softwares que serão utilizados por tempo indefinido.

**i. Obrigações Por Empréstimos e Repasses**

São calculados e apropriados "pro rata", pelo regime de competência mensal, quais sejam:

**BNDES/FINAME** - 1% de juros ao ano, mais TJLP, com vencimento até 15/02/21.





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

**Programa FMPEs Especial** - 15% dos rendimentos dos financiamentos concedidos ao Setor Primário e 35% dos rendimentos concedidos aos Setores Secundário e Terciário.

**j. Tributos**

Os tributos são calculados conforme as alíquotas:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	15% + adicional 10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL	15%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	5%

A provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão sendo calculados e apropriados, mensalmente, pelo Lucro Real (LALUR), mas recolhidos por estimativa mensal, com base na opção prevista nos artigos 218 a 229 do Decreto 9.580/18.

A alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica foi de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional, conforme o estabelecido na Lei nº 9.249/05. A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de 15%, em cumprimento a Lei nº 13.169/15.

Os demais tributos representam as retenções e encargos oriundos de serviços de terceiros, incidentes sobre salários e retidos sobre algumas operações de crédito.

A partir de janeiro de 2015 a AFEAM passou a recolher PIS e COFINS pelas receitas totais, exceto de Títulos e Valores Mobiliários, com base na Lei nº 12.973/14, que estabeleceu novas regras de apuração para esses tributos (conceito da receita).

**k. Recursos para Destinação Específica - Fundos Financeiros e de Desenvolvimento**

Estão registrados os recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos de governos ou entidades públicas, administrados pela instituição, que se destinam a planos específicos de interesse governamental, além de outros fundos administrados por instituições oficiais.

**l. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

Para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resolução nº 3.823 do BACEN.

Passivos contingentes são processos judiciais e administrativos envolvendo ações trabalhistas, cíveis e tributárias tendo a AFEAM como parte envolvida. Essas contingências são avaliadas juridicamente levando-se em consideração a probabilidade de perda da AFEAM na causa, com desembolso financeiro para liquidar a obrigação. Em cumprimento ao CPC 25, essa probabilidade é classificada como *possível* (que somente é divulgada sem a obrigação de ser provisionada), *provável* (para a qual é constituída provisão) e *remota* (que não requer provisão nem divulgação).

As provisões do passivos contingentes são constituídas com base em prognósticos indicadores de perdas "**prováveis**", elaboradas por advogados patronos das causas.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos.

**m. Outras Obrigações Diversas**

São demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis.

**n. Eventos Subsequentes**

Quando demonstrado, correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações e a data de sua autorização.





#### **NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

Foi considerado como "Caixa e Equivalentes Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

	Jun/19	Jun/18
Disponibilidades	373	489
Títulos de Renda Fixa	15.195	99.485
Cotas de Fundos de Investimento	114.742	105.003
<b>Total</b>	<b>130.310</b>	<b>204.977</b>

#### **NOTA 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM**

	Jun/19	Jun/18
Letras Financeiras do Tesouro	209.991	158.297
Letras do Tesouro Nacional	62.649	-
Notas do Tesouro Nacional	86.088	125.570
Cotas/Fundos de Renda Fixa	114.742	105.003
Cotas/Fundo em Participações	28.669	28.354
(-) Provisão para desvalorização de Títulos	(28.075)	(28.075)
<b>Total</b>	<b>474.064</b>	<b>389.149</b>

A AFEAM adquiriu vinte milhões de cotas do Fundo de Investimento em Participações Expert Valores, CNPJ 19.169.433/0001-01, com primeiro aporte em outubro de 2014 e segundo aporte em março de 2015, integralizando o montante de R\$ 20.000, sendo remunerado pela taxa IPCA acrescida de 8% ao ano. Em 28/10/2016, a administradora do FIP Expert, empresa BNY Mellon, expediu o documento denominado "Fato Relevante" comunicando que em avaliação do Comitê de Crédito do Administrador o investimento do Fundo em debêntures conversíveis em ações, emitidas pela empresa TransExpert S/A, que representa a totalidade da carteira do Fundo, teve provisionamento contra perdas no valor de R\$ 26.116. Em vista disso, no segundo semestre de 2016, a AFEAM procedeu ao registro desse valor na conta de *Provisão para Desvalorização de Títulos*, cujo montante atual é de R\$ 28.075. A AFEAM vem tomando medidas judiciais e administrativas, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, objetivando a recuperação dos recursos investidos e apuração de responsabilidades.

O FIP Criatec III é um investimento em pequenas empresas emergentes e inovadoras. Essas empresas são geralmente nascentes, sem faturamento e com intenso conteúdo inovador. Essa característica enquadra o Criatec no segmento de Capital Semente. Essa modalidade de investimento é uma maneira de fomentar o segmento de empresas inovadoras no Amazonas, em sua maioria *startups*. Por meio do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, a AFEAM subscreveu R\$ 3.000 em cotas do Fundo de Investimento em Participações Criatec III, CNPJ 23.456.268/0001-38, integralizando até 30/06/19 o capital de R\$ 594.

#### **NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS**

##### **a. Composição por Tipo de Operação**





Operações de Crédito	Jun/19		Jun/18	
	Saldo	%	Saldo	%
Financiamento	20.376	99	26.270	99
Rural	148	1	352	1
<b>Subtotal</b>	<b>20.524</b>	<b>100</b>	<b>26.622</b>	<b>100</b>
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(8.948)		(10.095)	
<b>Total Operações de Crédito</b>	<b>11.576</b>		<b>16.527</b>	
Outros Créditos	Saldo	%	Saldo	%
Outros Créditos	1.086	100	2.381	100
<b>Subtotal</b>	<b>1.086</b>	<b>100</b>	<b>2.381</b>	<b>100</b>
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(33)		(71)	
<b>Total Outros Créditos</b>	<b>1.053</b>		<b>2.310</b>	

## b. Composição por Atividade Econômica

Atividade	Jun/19		Jun/18	
	Saldo R\$	Provisão R\$	Saldo R\$	Provisão R\$
Indústria	13.383	8.314	16.320	8.381
Comércio	4.992	301	5.726	224
Serviço	2.001	323	4.224	1.371
Rural	148	10	352	119
Outros Créditos	1.086	33	2.381	71
<b>Total</b>	<b>21.610</b>	<b>8.981</b>	<b>29.003</b>	<b>10.166</b>

## c. Composição por Vencimento

Atividade	Jun/19					Total	Jun/18
	1 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	180 dias a 1 ano	Após 1 ano		
Indústria	742	395	1.189	1.964	9.093	13.383	16.320
Comércio	633	294	814	1.142	2.109	4.992	5.726
Serviço	268	128	372	470	763	2.001	4.224
Rural	-	-	50	36	62	148	352
Outros Créditos	393	112	190	235	156	1.086	2.381
<b>Total</b>	<b>2.036</b>	<b>929</b>	<b>2.615</b>	<b>3.847</b>	<b>12.183</b>	<b>21.610</b>	<b>29.003</b>

## d. Composição por Nível de Risco

Nível de Risco	%	Jun/19				Jun/18	
		Normal	Vencidas	Total	Provisão	Saldo	Provisão
Nível A	0,5	2.507	-	2.057	12	2.553	12
Nível B	1	4.080	-	4.080	41	8.027	80
Nível C	3	5.318	519	5.837	175	8.045	241
Nível D	10	250	-	250	25	229	23
Nível E	30	64	-	64	19	406	122
Nível F	50	-	326	326	163	110	55
Nível G	70	-	-	-	-	-	-
Nível H	100	8.296	250	8.546	8.546	9.633	9.633
<b>Total</b>		<b>20.515</b>	<b>1.095</b>	<b>21.160</b>	<b>8.981</b>	<b>29.003</b>	<b>10.166</b>





**e. Movimentação da Provisão para Devedores Duvidosos**

	Jun/19	Jun/18
<b>Saldo Inicial</b>	<b>9.218</b>	<b>25.719</b>
Constituição de Provisões	8.343	9.369
Reversão de Provisões	(8.522)	(1.013)
Transferência para Prejuízos	(58)	(23.909)
<b>Saldo Final</b>	<b>8.981</b>	<b>10.166</b>

**f. Operações Renegociadas, Lançados contra Prejuízo e Recuperadas**

	Jun/19	Jun/18
<b>Renegociados</b>	<b>-</b>	<b>10.702</b>
<b>Recuperados</b>	<b>135</b>	<b>96</b>
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>10.798</b>

**NOTA 7. OUTROS CRÉDITOS**

<b>Composição</b>	<b>Jun/19</b>	<b>Jun/18</b>
Rendas a Receber	1.567	1.164
Adiantamentos e Antecipações salariais	749	638
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	42	11
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.086	2.381
Devedores por Depósitos em Garantia	539	238
Impostos e Contribuições a Compensar	4	92
Devedores Diversos – País	250	158
<b>Total</b>	<b>4.237</b>	<b>4.682</b>

**Devedores por Depósito em Garantia** está composto de: Depósito Recursal R\$ 505; Pagamento de sentença R\$ 34.

**Impostos e Contribuições a Compensar** está composto de: IRRF S/ Serviços de Terceiros R\$ 1 e IRRF - dos Funcionários R\$ 3.

**Devedores Diversos – País** está composto de: Custas Judiciais e Cartoriais a Ressarcir R\$ 46, Adiantamentos a Ressarcir R\$ 8, Pendências Administrativas R\$ 2, Férias Pagas R\$ 80, Dévedores Diversos-País/IPVA a Incorporar R\$ 8 e Bloqueio Judicial 106.

**NOTA 8. OUTROS VALORES E BENS**

<b>Composição</b>	<b>Jun/19</b>	<b>Jun/18</b>
BNDUS/Imóveis	16.387	16.338
BNDUS/Máquinas e Equipamentos	7	7
BNDUS/Bens em Regime Especial	49.949	49.949
BNDUS - Provisão para Desvalorização	(29.374)	(1.408)
Material em Estoque	100	169
Despesas Antecipadas	11	15
<b>Total</b>	<b>37.080</b>	<b>65.070</b>

Os Bens Não de Uso Próprio - BNDUS têm a finalidade de amortização e/ou liquidação de operações de crédito, para posterior venda por meio de leilões públicos. No primeiro semestre de 2019 foi constituída provisão para desvalorização desses Bens no total de R\$ 9.135.





**NOTA 9. PERMANENTE**

**a. Investimento**

Investimento	Saldo Em 31/12/18	1º Semestre de 2019				Saldo Em 30/06/19	Saldo Em 31/12/17	1º Semestre de 2018				Saldo Em 30/06/18
		Adição	Baixa		Outras			Adição	Baixa		Outras	
			Depreciação	Outras					Depreciação	Outras		
Obras de Arte	58	-	-	-	-	58	-	-	-	-	58	
Marcas e Patentes	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	
Painéis Históricos	61	-	-	-	-	61	-	-	-	-	61	
<b>Total Geral</b>	<b>119</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	

**b. Imobilizado de Uso**

Imobilizado de Uso	Saldo Em 31/12/18	1º Semestre de 2019				Saldo Em 30/06/19	Saldo Em 31/12/17	1º Semestre de 2018				Saldo Em 30/06/18
		Adição	Baixa		Outras			Adição	Baixa		Outras	
			Depreciação	Outras					Depreciação	Outras		
Terrenos	7.287	-	-	-	-	7.287	-	-	-	-	7.287	
Edificações	1.148	-	12	-	-	1.136	-	11	-	-	1.159	
Instalações	54	-	-	-	-	54	-	-	-	-	55	
Ap Refrigeração	197	13	5	9	196	208	-	5	1	202		
Mobiliário	269	-	6	-	263	294	3	5	11	281		
Equipamentos	64	6	(1)	1	70	110	2	7	10	95		
Sist Comunicação	13	-	1	1	11	32	-	1	4	27		
Sist Próc Dados	1.230	10	81	2	1.157	707	-	52	4	651		
Sist Segurança	14	20	2	-	32	22	-	1	2	19		
<b>Total Geral</b>	<b>10.276</b>	<b>49</b>	<b>106</b>	<b>13</b>	<b>10.206</b>	<b>9.885</b>	<b>5</b>	<b>82</b>	<b>32</b>	<b>9.776</b>		

**c. Intangível**

Intangíveis	Saldo Em 31/12/18	1º Semestre de 2019				Saldo Em 30/06/19	Saldo Em 31/12/17	1º Semestre de 2018				Saldo Em 30/06/18
		Adição	Baixa		Outras			Adição	Baixa		Outras	
			Amortização	Outras					Amortização	Outras		
Outros Ativos	528	25	-	-	553	528	-	-	-	528		
<b>Total Geral</b>	<b>528</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>553</b>	<b>528</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>528</b>		

**NOTA 10. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO BNDES, FINAME E FMPES ESPECIAL**

Composição	Jun/19	Jun/18
BNDES	2.023	3.217
FINAME	1.578	3.125
FMPES Especial	14.116	17.697
<b>Total</b>	<b>17.717</b>	<b>24.039</b>

**NOTA 11. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

Composição	Jun/19	Jun/18
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	2.870	2.625
Impostos e Contribuições à sobre Serviços de Terceiros	61	60
Impostos e Contribuições sobre Salário	1.222	830
Outros	653	337
<b>Total</b>	<b>4.806</b>	<b>3.852</b>



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

**Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros** está composto de: IRRF R\$ 3, INSS R\$ 29, CSL/COFINS/PIS/PASEP R\$ 9 e ISS NF-e R\$ 20.

**Impostos e Contribuições sobre Salário** está composto de: FGTS R\$ 121, INSS dos Funcionários R\$ 94, INSS Empresa R\$ 421, IRRF dos Funcionários R\$ 478, Contribuição Sindical R\$ 4, ASEA R\$ 18, SUHAB R\$ 2, Pensão Alimentícia R\$ 4 e Empréstimo Consignado R\$ 80.

**Outros** está composto de: COFINS R\$ 153, ISS da Empresa R\$ 172, PIS R\$ 25, Parcelamento PGFN R\$ 303.

## **NOTA 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A é gestora e agente financeiro do *Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES*, percebendo remuneração de 4% ao ano, calculada sobre o saldo das contas do Fundo relativo à disponibilidade + operações de crédito + créditos compensados.

FMPES	Jun/19	Jun/18
Trânsito	23.681	13.135
Investimento Social	8.943	5.127
Financiamento	375.798	320.661
<b>TOTAL</b>	<b>408.422</b>	<b>338.923</b>

OUTROS FUNDOS/RECURSOS	Jun/19	Jun/18
FTI	101	87
Convênios	12.527	6.339
<b>TOTAL</b>	<b>12.628</b>	<b>6.426</b>

## **NOTA 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

Composição	Jun/19	Jun/18
Provisão para Pagamentos a Efetuar – Despesas de Pessoal	4.743	3.287
Provisão para Contingências Passivas (nota 14)	9.358	9.139
Credores Diversos – País	928	639
<b>Total</b>	<b>15.029</b>	<b>13.065</b>

**Credores Diversos – País:** está composto de Pagamentos a Processar R\$ 122; Pendências a Regularizar R\$ 16; Ação de Crédito – Capital / Interior R\$ 98; Pendências Administrativas R\$ 8; Fornecedores Nacionais R\$ 663 e Ação de Crédito - TAT IDAM R\$ 21.

## **NOTA 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS PASSIVAS**

### **a. Riscos de perdas prováveis**





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Natureza	Saldo em 31/12/18	1º Semestre de 2019		Saldo em 30/06/19	Jun/18
		Baixa	Constituição		
Trabalhista	5.557	136	265	5.686	5.687
Cível	409	48	80	441	330
Tributária	3.186	-	45	3.231	3.122
<b>Total</b>	<b>9.152</b>	<b>184</b>	<b>390</b>	<b>9.358</b>	<b>9.139</b>

## b. Riscos de perdas possíveis

Natureza	Jun/19	Jun/18
Trabalhista	577	2.271
Cível	1.287	500
Tributária	-	10.198
<b>Total</b>	<b>1.864</b>	<b>12.969</b>

## c. Ações Trabalhistas

Em relação às ações trabalhistas, em dezembro de 2017 foi constituída uma provisão no montante de R\$ 5.500, suficiente para cobrir os riscos de perdas estimadas proveniente de uma Ação Judicial Trabalhista movida pelo Sindicato dos Bancários do Amazonas, aliado a possibilidade de sucesso nas ações judiciais individuais ajuizadas pelos empregados.

## d: Ações Tributárias - PIS e COFINS / Mandado de Segurança

A AFEAM impetrou em 2008, Mandado de Segurança (processo nº 2008.34.00.013625-3) contra a Receita Federal do Brasil objetivando a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários referentes ao PIS e COFINS indevidamente cobrados ante aplicação do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 em função de tal dispositivo ter sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. A liminar foi deferida pela 9ª Vara Federal em maio de 2008, com a determinação de a AFEAM efetivar o recolhimento da COFINS com a base de cálculo do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91 e do PIS com a base de cálculo prevista no artigo 3º da Lei 9.715/98.

Em novembro de 2012, atendendo considerações jurídicas acerca da legitimidade da propositura, tendo como impetrado direto o delegado da Receita Federal do Brasil, a AFEAM apresentou um novo pedido de Mandado de Segurança Individual, junto à 3ª Vara da Justiça Federal no Amazonas, desta feita figurando como impetrado o Delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus. O processo nº 17888-97.2012.4.01.3200 continua em tramitação na Justiça Federal. Em 30/06/2019 o montante atualizado é de R\$ 3.231.

## e. Ações Tributárias - PIS e COFINS / Auto de Infração

No primeiro semestre de 2015, foi concluído o procedimento de fiscalização da Receita Federal na AFEAM (processo nº 10283-720.620/2015-88) sobre o cumprimento das obrigações tributárias relativas ao PIS e à COFINS, pertinentes ao período de julho a dezembro de 2010 e janeiro a dezembro de 2011, o que resultou na lavratura de Autos de Infração para o PIS no valor de R\$ 1.352 e para COFINS de R\$ 5.937, que corrigidos monetariamente representam R\$ 10.198 em 31/12/17. Essas Autuações estão baseadas no fato de a AFEAM apurar essas contribuições pelo regime cumulativo e a Receita Federal ter entendimento diverso, ou seja, regime não cumulativo. A AFEAM não concordando com esses Autos, interpôs impugnação junto ao Delegado da Receita Federal, a qual ainda se encontra em tramitação.





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## NOTA 15. PATRIMONIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

O capital social está representado por 93.628.620 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, participando o Estado do Amazonas como acionista controlador com 93.611.773 ações e o Município de Manacapuru/AM como acionista minoritário com 16.847 ações. O Estado do Amazonas detém 99,98% do capital social.

### b. Ajustes de Exercícios Anteriores

No primeiro semestre de 2019 foram efetuados ajustes na conta Lucros/Prejuízos Acumulados referentes à regularização de rendas a apropriar de operações de crédito R\$ 174 a crédito e R\$ 522 a débito.

## NOTA 16. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

### a. Receitas de Prestação de Serviços

	Jun/19	Jun/18
Taxa de Adm FMPES	18.347	16.748
Taxa de Adm FTI e Convênios	1.236	1.138
Taxas de Cadastro e Outras	676	732
<b>Total</b>	<b>20.259</b>	<b>18.618</b>

### b. Despesas de Pessoal

	Jun/19	Jun/18
Honorários Diretores e Conselheiros	198	483
Benefícios	2.383	2.394
Encargos Sociais (FGTS e Previdência)	3.917	3.355
Proventos	10.584	9.371
Treinamentos	28	115
Estagiários	215	182
<b>Total</b>	<b>17.325</b>	<b>15.900</b>

### c. Outras Despesas Administrativas

	Jun/19	Jun/18
Água, Energia e Gás	162	149
Alugueis	95	4
Comunicações	144	107
Manutenção e Conservação de Bens	146	114
Material	85	97
Processamento de Dados	283	279
Promoções e Relações Públicas	41	41
Propaganda e Publicidade	9	-
Publicações	141	72
Seguro	4	3
Serviço de Terceiros	1.127	1.180
Serviços de Vigilância	339	339
Serviços Técnicos Especializados	111	323
Transporte	103	103
Viagens	103	121
Outras Despesas Administrativas	190	314
Despesas de Depreciação	106	82
<b>Total</b>	<b>3.189</b>	<b>3.328</b>





## d. Despesas Tributárias

	Jun/19	Jun/18
Estaduais	51	4
Municipais	1.013	934
Cofins	884	803
Pis	144	130
<b>Total</b>	<b>2.092</b>	<b>1.871</b>

## e. Outras Receitas Operacionais

	Jun/19	Jun/18
Recuperação de Encargos e Despesas	141	17
Reversão de Provisões Administrativas	10	48
Reversão de Passivos Contingentes	69	83
Reversão de Obrigações	-	2
Outras Rendas Operacionais	45	-
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>150</b>

## f. Outras Despesas Operacionais

	Jun/19	Jun/18
Provisões Passivas	410	174
Administração de Fundos	1.611	1.465
Outras Despesas Operacionais	3.776	87
<b>Total</b>	<b>5.797</b>	<b>1.726</b>

## g. Resultado Não Operacional

	Jun/19	Jun/18
Outras Receitas não Operacionais	130	2.265
Outras Despesas não Operacionais	(9.796)	(227)
<b>Total</b>	<b>(9.666)</b>	<b>2.038</b>

## **NOTA 17. GERENCIAMENTO DE RISCO**

### a. Gerenciamento de Riscos

Com o propósito de atender às diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador do Sistema Financeiro Nacional e cumprir de maneira eficiente sua missão, a AFEAM por meio da sua Gerência de Controles Internos e Riscos – GECOR, tem implementada sua política de gerenciamento de riscos, tendo iniciado o processo de implantação do modelo de gestão integrada dos riscos, conforme os dispositivos da Resolução BCB nº 4.557/17, no primeiro semestre de 2019.

O Gerenciamento Integrado de Riscos – GIR tem como objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos aos quais a agência está exposta. O processo de implantação do GIR será realizado por linha de negócio e também incluirá a elaboração de plano de mitigação de riscos e revisão do plano de continuidade de negócios. Dentre os principais riscos, destacamos:

**Risco de Crédito** - a estrutura de gerenciamento desse risco tem por finalidade identificar, avaliar, controlar, monitorar e sinalizar possíveis riscos, buscando mitigá-los em todo o sistema de crédito de forma preventiva. A referida estrutura é composta por: Diretor de Crédito; Gerência de Cadastro, Análise e Contratação; Gerência de Controles Internos e Riscos; Comitê de Análise de Crédito; Gerência de Cobrança e





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

- Acompanhamento; Gerência Jurídica; Gerência Técnica; Gerência de Tecnologia da Informação e a Auditoria Interna, que possuem responsabilidades definidas.

**Risco de Mercado** - a estrutura de gerenciamento desse risco tem por finalidade identificar, avaliar, controlar, monitorar, sinalizar, possíveis riscos de mercado, buscando mitigar a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, de forma preventiva. A referida estrutura é composta por: Diretoria Administrativa – DIRAD; Assessoria Financeira; Gerência de Controles Internos e Riscos e a Auditoria Interna, que possuem responsabilidades definidas.

**Risco Operacional** - a estrutura de gerenciamento desse risco tem por finalidade identificar, avaliar, monitorar, controlar, sinalizar e mitigar os riscos operacionais implícitos nas atividades da Instituição. A referida estrutura é composta por: Auditoria Interna; Gerência de Controles Internos e Riscos; Gerência de Tecnologia da Informação; demais gerentes; Coordenadores; e todos os empregados da AFEAM, com suas respectivas responsabilidades definidas.

- **Risco de Liquidez** – a estrutura de gerenciamento desse risco é formada pelo conjunto de políticas, responsabilidades, sistemas, processos e procedimentos que permitem o acompanhamento permanente das posições assumidas nas operações praticadas nos mercados financeiros, de forma a identificar e mitigar a ocorrência de possíveis desequilíbrios entre pagamentos e recebimentos, que possam a vir afetar a capacidade financeira da instituição. Leva em consideração os diferentes prazos dos seus direitos e obrigações, bem como os limites dos riscos e a otimização dos recursos disponíveis. A estrutura de gerenciamento desse risco está composta por: Diretoria Administrativa – DIRAD; Assessoria Financeira – ASFIN; Gerência de Controles Internos e Riscos – GECOR; Auditoria Interna – AUDIN; Gerência Técnica – GETEC; Gerência de Tecnologia da Informação – GETI, todas essas unidades com suas respectivas responsabilidades definidas.

- **Risco Socioambiental** – Possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do financiamento de atividades que desrespeitem legislações ou coloquem em risco a saúde pública e o meio ambiente. A empresa conta com uma Política de Risco Socioambiental – PRSA, embasada na Resolução BCB nº 4.327/14, com normatização interna específica, que deverá sofrer adequações devidas no decorrer do segundo semestre de 2019.

- **Risco de Compliance** – Possibilidade de perdas financeiras ou recebimento de sanções, decorrentes de falha, desconhecimento ou negligências no cumprimento/aplicabilidade de leis e normativos vigentes, código de conduta e de ética que norteiam as atividades da Agência.

**Risco Estratégico** – Possibilidade de perda substancial no valor econômico da organização por falhas na estratégia de direcionamento de produtos, serviços e otimização dos recursos da empresa.

- **Risco Reputacional** - Proveniente da percepção desfavorável da imagem da instituição por seus clientes, acionistas e órgãos reguladores, que em razão dessa percepção possa afetar a Agência em possíveis perdas financeiras pelo declínio em sua base de clientes e no repasse de recursos de terceiros para aplicação em crédito, em razão de publicidade negativa da Agência, sendo verdadeira ou não.

- **Risco Cibernético** - Refere-se aos potenciais resultados negativos associados aos ataques cibernéticos. Por sua vez, os ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas tecnológicos.





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

**Risco Legal** - Possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

**b. Gerenciamento de Capital e Índice de Basileia**

O cálculo do Patrimônio de Referência Mínimo para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco é parte da composição estrutural dos riscos afetos à Instituição, compondo a sua Estrutura de Gerenciamento de Capital, conforme previsto no capítulo IV, da Resolução BCB nº 4.557/17.

Com base nas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Resolução nº 4.193/13), a AFEAM aloca capital para a cobertura dos diversos tipos de risco previstos, destacando-se os Riscos de Crédito, o de Mercado e Operacional, bem como o valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da Carteira Bancária (RBAN), e ainda o Adicional de Conservação de Capital Principal. Esses valores são calculados mediante metodologia definida por aquele Órgão Regulador, apurados e informados, mensalmente, através do Demonstrativo de Limites Operacionais – DLO. Em 30/06/19, apresenta a composição abaixo (em R\$ mil):

<b>A – Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>79.018</b>
<b>B – Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>206.837</b>
B.1- RWA para Risco de Crédito (RWA CPAD)	178.212
B.2- RWA para Risco de Mercado (RWA MPAD)	
B.3- RWA para Risco Operacional (RWA OPAD)	28.625
<b>C – Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (8 % de B)</b>	<b>16.547</b>
C.1- Parcela Risco de Crédito (RWA CPAD=8 % de B.1))	14.257
C.2- Parcela Risco de Mercado (RWA MPAD)	
C.3- Parcela Risco Operacional (RWA OPAD=8 % de B.3)	2.290
<b>D – Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido (A – C)</b>	<b>62.471</b>
<b>Índice de Basileia = PR/(PR Min RWA/0,08)*100</b>	<b>38,20%</b>
<b>E – Valor do Capital para Cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (RBAN)</b>	<b>10.037</b>
<b>F – Margem Patrimônio de Referência - RBAN (D – E)</b>	<b>52.434</b>
<b>Índice de Basileia Amplo</b>	<b>23,78%</b>
<b>= PR/(PR Min RWA+RBAN/0,08)*100</b>	
<b>G – Adicional de Conservação de Capital Principal (2,5 % de B)</b>	<b>5.171</b>
(Art. 8º, I, § 4º, IV, da Resolução nº 4.193/2013)	

**c. Capacidade de Alavancagem**

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido pelo Banco Central do Brasil para os Ativos Ponderados por Risco (RWA), em 30/06/19, é de R\$ 16.547, que acrescido do Valor do Capital para Cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (RBAN), mais o Adicional de Conservação de Capital Principal, nos valores respectivos de R\$ 10.037 e R\$ 5.171, totalizam o montante de R\$ 31.755, correspondendo a 40,19% do Patrimônio de Referência (PR) apurado na referida data, no valor de R\$ 79.018. No confronto desses valores, a AFEAM dispõe de uma margem operacional da ordem de R\$ 47.263 (R\$ 79.018 – R\$ 31.755), representando 148,84% do montante acima citado (R\$ 31.755). Considerando o fator “F” de 8 % (oito por cento), mais o Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% (dois e meio por cento), previstos, respectivamente, no inciso IV do art. 4º e no inciso IV do § 4º do art. 8º, da Resolução BACEN nº 4.193/2013, cuja soma é de 10,5% (dez inteiros e cinco décimos





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

por cento), a AFEAM pode alavancar até 9,5 vezes (1/0,105) a sua margem operacional, o que corresponde ao montante de R\$ 448.998 (R\$ 47.263 x 9,5).



**Marcos Vinicius Cardoso de Castro**  
Diretor Presidente da AFEAM



**Luana Coimbra da Rocha**  
Contadora CRC/AM 10.314/O-3





**Russell Bedford**

*taking you further*

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Diretores e aos Administradores da**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM**

**Manaus - AM**

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A – AFEAM** (“AFEAM” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A – AFEAM** em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e as variações patrimoniais para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para Opinião com ressalva**

#### **Provisão para Contingências Passivas**

Não recebemos a totalidade de confirmações externas de saldos das assessorias jurídicas responsáveis pelo acompanhamento das causas nas quais a Instituição figure como ré. Desta forma, não há como mensurar os possíveis efeitos resultantes da ausência destas respostas dos assessores jurídicos nas demonstrações contábeis da Instituição, o que impossibilita emitirmos opinião sobre as contingências passivas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos o assunto descrito abaixo como principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e e 6, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, as operações de crédito, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, são classificadas em 8 níveis de risco, sendo "A" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Instituição, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, as incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a efetividade operacional dos controles internos relevantes e manuais implementados pela Instituição e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se a Instituição atendeu aos requisitos relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3e e 6, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis.



# Russell Bedford

taking you further

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



# Russell Bedford

*taking you further*

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
Maciel Auditores S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Luciano Gomes dos Santos  
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico



## **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

### **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

#### **IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: LUANA COIMBRA DA ROCHA
REGISTRO.....	: AM-010314/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 660.171.902-10

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCAM contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MANAUS, 30.08.2019 as 17:39:46.

Válido até: 28.11.2019.

Código de Controle: 64478.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que a organização contábil identificada no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	<b>CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>
	Certidão nº: 2019/073289
	Nome: MACIEL AUDITORES S/S
	Registro: RS-005460/O-0 T SP
	CPF/CNPJ: 13.098.174/0001-80
	Validade: 01/12/2019
	Finalidade: Licitações e Concorrência

Confirme a veracidade deste documento no site [www.crcsp.org.br](http://www.crcsp.org.br), acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 6932.2553.3689.3356



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: LUCIANO GOMES DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-059628/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 579.226.910-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 02/09/2019 as 12:58:48.

Válido até: 30/09/2019.

Código de Controle: 445005.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL  
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: CRISTINA TIETZE BITTENCOURT AGUIAR
REGISTRO.....	: DF-020806/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR(A)
CPF.....	: 011.470.891-67

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCDF contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: DISTRITO FEDERAL, 29/08/2019 as 15:47:05.

Válido até: 27/11/2019.

Código de Controle: 417172.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCDF.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JESSICA STÉPHANIE BARRETO AMORIM
REGISTRO.....	: DF-022843/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR(A)
CPF.....	: 020.127.451-56

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCDF contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: DISTRITO FEDERAL, 02/09/2019 as 13:40:45.

Válido até: 01/12/2019.

Código de Controle: 101911.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCDF.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: EDUARDO DA SILVA DIAS
REGISTRO.....	: RS-079304/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 011.077.530-90

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 05/09/2019 as 11:19:11.

Válido até: 30/09/2019.

Código de Controle: 468896.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.